

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
SESIMBRA REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2000**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelo Sr. João Paulo Marques Dionísio, Primeiro Secretário, em exercício, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----**1. Apreciação da Actividade Municipal;** -----

-----**2. Relatório de Actividades e Conta de Gerência respeitantes a 1999.** -----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão, Mário Cascais Xavier, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, António Jorge Pinto Alves, João Paulo Marques Dionísio, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Rosa Amigo Ribeiro Sousa Gomes, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Maria da Conceição Morais Matias, José António Caeiro Correia, João da Silva Lopes, Joaquim Manuel Martelo Ferreira, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Francisco Caupers de Sousa Alvim, José Pedro Simplício Francisco, Fernando Anjos Cheis, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e António José Saloio Paixão, designado, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santiago.. -----

-----Comprovada a existência de quorum, vinte e uma presenças o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente Manuel José Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Fernando Cristovão Rodrigues e Augusto Manuel Carapinha Pólvora. -----

-----Informou, depois, que os Membros Américo Manuel Machado Gegaloto e João Manuel Coelho Capítulo, do PS, haviam informado da sua indisponibilidade para comparecer à presente sessão e a sua substituição, ao abrigo do disposto do art. 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, tendo convocado os Membros a seguir na ordem da respectiva lista, os Sr.s José Almeida Marques e António José Medeiros Pica, os quais, uma vez que era a primeira vez que participavam na Assembleia Municipal, considerava verificada a legitimidade e a identidade dos cidadãos. -----

-----Não tendo havido, por parte do Órgão, qualquer objecção à investidura das funções passaram a Membros de pleno direito da Assembleia Municipal e passou-se a registar vinte e três presenças, e uma ausência, a do Membro Ana Maria Gaboleiro Santos.-----

-----Relativamente a actas da Assembleia Municipal, o **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou que havia sido distribuída hoje, aos Líderes de Bancada, a acta a sessão ordinária de 17 de Dezembro, pelo que ainda não havia nenhum texto a apreciar. -----

-----Quanto a informações adicionais o Presidente da Assembleia Municipal informou que estava prevista, de acordo com o calendário estabelecido, uma sessão extraordinária para 26 de Maio, portanto convinha já reservar nas agendas aquela data como possível para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Transmitiu depois que o movimento efectuado por diversas Assembleias Municipais pela Modernização e Dignificação das Assembleias Municipais, assunto mais a par dos líderes de Bancada, uma vez que o assunto havia sido analisado na Comissão “A”, tinha obtido um consenso numa reunião, realizada em Coimbra, com diversos Presidentes de Assembleias Municipais, e originado um documento a apresentar na próxima semana em Vila Moura, no XII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Aquele documento era uma peça importante porque de certa forma afastava do documento alguma defesa excessiva quanto ao órgão Assembleia Municipal e portanto punha no balanço certo a questão e também transpusera algumas das questões para o órgão Assembleia de Freguesia, procurando também que este órgão ganhasse maior dignidade.-----

-----Pensava que era um documento com algum equilíbrio e seria apreciado no Congresso. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntou ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas ninguém diligenciou nesse sentido.-----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** informou depois que nas sessões onde se verificava a análise e a apreciação do Relatório de Actividades e Conta de Gerência, de acordo com o Regimento, não havia Período de Antes da Ordem do Dia, pelo que passava de imediato ao “Período da Ordem de Trabalhos”, abrindo a discussão do ponto 1 “**Apreciação da Actividade Municipal**” recordando que o tempo para discussão deste assunto era de 30 minutos, conforme

constava do Regimento. A informação da actividade municipal bem como o respectivo anexo quanto à situação financeira, já de acordo com a nova legislação, havia sido enviada a todos os Membros com bastante antecedência, perguntando depois à Câmara se queria fazer a sua exposição inicial. -----

-----**O Presidente da Câmara** iniciou por dizer que da actividade que o executivo desenvolvera desde 15 de Fevereiro, data da ultima sessão ordinária, queria destacar algumas acções, a Câmara reunira com a ENATUR sobre o Cabo Espichel para se preparar o protocolo que em breve seria assinado entre a ENATUR, a Câmara, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e a Direcção Geral do Património com vista à construção da Pousada no Cabo Espichel. -----

-----Reunira com a ACRUTZ, com o Grupo Desportivo de Sesimbra, não só para apresentação dos novos corpos sociais por parte do Grupo Desportivo de Sesimbra mas também para trocar impressões sobre a piscina e a sala de desporto de Sesimbra bem como o poli-desportivo da ACRUTZ. Tivera hoje a agradável notícia de que o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento despachara no dia 13 de Abril a inclusão destes dois projectos no sub programa do quadro comunitário III e o respectivo financiamento o que equivalia dizer que em breve aqueles dois complexos desportivos para o Concelho seriam uma realidade.-----

-----O executivo reunira com a Associação de Moradores do Casal do Sapo sobre a constituição das AUGI's que era um processo que vinha sendo desenvolvido pela Câmara ao longo dos últimos meses e a partir de agora podia-se dizer que todas aquelas áreas urbanas de génese ilegal estavam desde já constituídas e em breve se iria processar a eleição das administrações como também o processo seguinte com vista à recuperação daquela área do Concelho. -----

-----Reunira com a Direcção e o Comando dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra que tinham tido a gentileza de mostrar o Quartel e mais uma vez enaltecer o apoio que a Câmara vinha dando aos Bombeiros ao longo destes 2 anos e 4 meses. -----

-----Reunira com a equipa de parceiros do PIAT, Projecto Integrado da Apoio a Toxicodependentes, onde também fora reiterada a importância da Câmara no projecto e a importância que ele estava a ter no Concelho. -----

-----Reunira com o Clube Naval de Sesimbra sobre o projecto de construção da sede social que o Clube pretendia construir nas instalações da Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra no Porto de Abrigo. Fora-lhes transmitido que à partida a Câmara não via inconveniente, mas competia à

APSS decidir, no entanto o parecer da Câmara seria dado daqui a algum tempo porque estava a aguardar que lhe fizessem chegar o projecto da variante do Porto de Abrigo de modo a que se pudesse identificar o perfil da estrada na zona. -----

-----A Câmara assinara vários protocolos com a Junta de Freguesia do Castelo com vista à construção de um parque de merendas. -----

-----Assinara um acordo e dera posse à Comissão de Saúde e Segurança no Trabalho, se não a primeira Câmara no País pelo menos a primeira no Distrito, o que era bastante importante, e mais uma vez mostrava a aproximação que existia entre o executivo e os funcionários. -----

-----Assinara um protocolo com o Grupo Desportivo de Sesimbra e o Grupo Desportivo da Maçã que permitia ao Grupo Desportivo de Sesimbra utilizar as instalações do Grupo Desportivo da Maçã e que tantos êxitos tinha tido com a utilização daquele espaço. -----

-----Assinara o protocolo com vista à elaboração do Plano Municipal do Ambiente. -----

-----Reunira com o Presidente da Câmara Municipal do Seixal sobre as acessibilidades. -----

-----Reunira com o Sr. Ministro do Ambiente sobre águas e esgotos. -----

-----O executivo fora recebido pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas sobre acessibilidades, concretamente sobre a variante ao Porto de Abrigo, variante de Santana e o nó desnivelado da Quinta do Conde. -----

-----A Câmara também estivera em vários eventos sociais assim como a Assembleia e todos tinham feito a visita ao Concelho que tinha sido bastante agradável e que dera para ver as obras em curso actualmente. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Carlos Afonso** que começou por se referir ao loteamento do Meco, dizendo que tinha conhecimento que o Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa confirmara a validade do alvará. O Sr. Ministro dissera que aquele projecto jamais seria edificado e que o loteamento jamais teria pernas para andar, e que utilizaria os meios legais para que isso fosse uma realidade, pelo que pedia ao Presidente da Câmara que fizesse um relato sobre qual a solução que o PS tinha, uma vez que o projecto de Decreto-Lei do Partido Comunista sobre a matéria fora recusado pelo PS. -----

-----Pediu depois que o Presidente da Câmara fizesse uma leitura curta sobre o que a Assembleia estava a receber ultimamente sobre a contestação das empresas quer do Concelho, quer fora dele quanto à taxa de exploração de inertes. Qual era o entendimento da Câmara sobre a taxa a lançar, o

que é que pretendia e qual a resposta que ía dar a esta contestação quase geral das empresas, 7 ou 8.

-----Outra questão era sobre o arranjo exterior da escola n.º 1 de Sesimbra do 1º. Ciclo, cujo projecto não havia sido aprovado pela Câmara e orçava em 50.000 contos, pelo que gostaria de ouvir a opinião do Presidente da Câmara, uma vez que o respectivo Departamento tinha sido marginalizado no processo. -----

-----Perguntou, em seguida, o que é que a Câmara tinha feito, em termos de planos de lavra, planos de recuperação de pedreiras já abandonadas ou em vias disso. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que ao longo de algumas sessões a Câmara Municipal dera conta à Assembleia do conjunto de esforços, e contactos que vinha mantendo com vista a tentar influenciar e a acompanhar a questão das negociações das licenças de pesca com Marrocos, pelo que perguntava qual era o ponto de situação ou se a Câmara desistira de efectuar aqueles contactos.

-----**O Membro Maria da Conceição Morais Matias** disse que já algum tempo que não se ouvia falar das Grutas do Zambujal. O processo preocupara esta Assembleia durante muito tempo e a CDU fora acusada na Assembleia Municipal pela Bancada do PS de que não dava celeridade suficiente ao processo pelo que gostaria de saber porque é que nunca mais se ouvira falar nas Grutas e solicitava que a Câmara informasse sobre o ponto da situação.. -----

-----**O Membro José Pedro Simplicio** perguntou ao Presidente da Câmara se era possível dar umas linhas gerais sobre o Plano Municipal de Ambiente.-----

-----Disse depois que pudera constatar que algumas empresas industriais haviam manifestado à Câmara o seu desagrado pelo Regulamento de liquidação e cobrança da taxa municipal sobre a exploração de inertes. Gostaria que a Câmara fizesse um relato e no fundo uma descrição sumária das contestações e do seu conteúdo. Interrogava também a Câmara se desenvolvera qualquer tipo de contacto com estas empresas numa fase anterior à submissão a inquérito do Regulamento e se após a recepção das contestações a Câmara tencionava reunir com as empresas industriais no sentido de consertar posições. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal** respondendo sobre o loteamento da Aldeia do Meco, disse que era do conhecimento público que o Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa mantinha a validade do alvará. Tinha tido encontros com técnicos da Secretaria de Estado do Ambiente que continuavam a trabalhar no sentido de ir ao encontro do que o Sr. Ministro afirmara, ou seja, de que o empreendimento não tinha pernas para andar e que ele enquanto fosse Ministro

tudo faria para que não fosse uma realidade. Estava crente que a Sr<sup>a</sup>. Magistrada do Ministério Público recorresse da sentença. -----

-----A Câmara não estava parada e tudo faria para que o empreendimento fosse inviabilizado. Tinha motivos que o levavam a acreditar que o empreendimento nunca seria construído na Aldeia do Meco. -----

-----Quanto à contestação das empresas à taxa de exploração de inertes o Vereador Manuel José Pereira iria intervir mas queria desde já dizer que a contestação vinha sendo dos exploradores de britas, que eram os industriais que se calhar tinham menos razão para contestar a taxa mas a Câmara tudo faria para que a taxa fosse uma realidade e acreditava que também a Assembleia Municipal, a exemplo da Câmara, se pronunciará unanimemente pela aplicação da taxa. -----

-----A Câmara já reunira com os industriais que exploravam as argilas e quanto aos industriais que exploravam areias até ao momento a Câmara ainda não recebera qualquer contestação. -----

-----Sobre os arranjos exteriores da Escola n.º 1 de Sesimbra, o Presidente da Câmara informou que estava para breve o início da construção da piscina e sala de desporto do Grupo Desportivo de Sesimbra e o início das obras da Biblioteca João Mota, e em breve o projecto da recuperação da Mata iria ser posto a concurso, não fazia sentido que a Escola Primária onde as crianças desta Terra passavam o dia, não fosse também arranjado. O projecto não fora feito pelo Departamento de Administração e Planeamento Urbanístico, mas não queria dizer que a Câmara não estivesse em perfeita sintonia com os trabalhadores. Não tinha havido qualquer problema com o Departamento pelo facto de não terem executado o projecto que fora presente à Câmara para conhecimento e deliberara executar a obra. A obra estava a concurso e dentro de dois ou três meses o espaço exterior da escola seria uma realidade. -----

-----Relativamente aos esforços desenvolvidos pela Câmara quanto às licenças de pesca em Marrocos, a Câmara mais não podia fazer do que manter-se informada sobre o que vinha acontecendo a nível da União Europeia, e o que sabia era que o Comissário Phicher vinha tendo reuniões com o Governo de Marrocos e que existiam boas perspectivas de vir a ser assinado um novo acordo entre a União Europeia e Marrocos. Não sabia era que tipo de acordo. -----

-----Quanto às Grutas do Zambujal era um processo que preocupava todos e era um pouco impensável a Câmara ou a Sociedade arranjar quem quisesse investir na exploração das Grutas uma vez que continuavam a laborar a exploração de britas naquela zona, mas a Câmara avançara

conjuntamente com o Parque Natural da Arrábida com um projecto e obra de vedação da entrada da gruta de modo a evitar que fosse degradada. cada vez mais.-----

-----Quanto ao Plano Municipal de Ambiente podia informar que o protocolo fora assinado no Auditório com a Faculdade de Ciências de Lisboa, não tinha outras informações do Vereador Paulo Cipriano sobre os trabalhos que ele vinha a realizar com a equipa técnica, cujas fases seguintes seriam depois apresentadas à Câmara. -----

-----Cedeu depois a palavra ao **Vice-Presidente da Câmara** que começou por dizer que em relação à questão dos inertes o Sr. Presidente solicitara que ele esclarecesse uma vez que vinha acompanhando mais de perto o assunto. -----

-----Estava a crer que as intervenções quer da CDU, quer do PSD nesta Assembleia apenas tinham a ver com o facto de haver um conjunto de contestações e que não envolveriam, para já, juízos de valor sobre a vontade, ou não, do projecto, porque na Câmara ele obtivera aprovação unânime e acreditava que em termos concelhios, a opinião pública seria largamente favorável para além de que tinha sustentáculo legal. -----

-----Era uma luta de há muitos anos de autarquias que eram apanhadas pelo flagelo, entre aspas, e portanto pensava que apenas os empresários não estariam de acordo, para já nesta fase, ou seja, estava em crer que este Orgão da Autarquia bem como a Câmara seriam unânimes quer na aprovação quer no apoio a toda a prossecução da taxa.-----

-----Sobre a questão de ter havido contactos ou não, naturalmente que tinham havido. A Câmara deliberara em determinado momento e a deliberação tinha dois tipos de condicionantes, um deles era a publicação no Boletim “Sesimbra Município” para que se tornasse efectiva a fase de consulta pública e entendera fazê-lo com o regime de consulta pública e não inquérito público uma vez que nem um, nem outro regime, eram estritamente obrigatórios do ponto de vista do parecer jurídico que a Câmara tinha, no entanto a Câmara entendera que era matéria que deveria ser posta à consulta pública antes de deliberar e remeter à Assembleia para aprovação final. -----

-----No momento em que fora distribuído o Boletim da Câmara que trazia o Edital do Regulamento fora feita uma carta para todos os industriais constantes do ficheiro da Câmara que exploravam quer as argilas, quer as areias, quer as britas no Concelho, ou seja tinha havido uma aproximação directa às próprias empresas no momento em que publicamente se abria o processo de consulta, independentemente de outro tipo de contactos, onde, em todas as oportunidades, a Câmara

abordava o assunto quer com os exploradores de areia, de argilas ou britas. -----

-----As exposições que a Câmara vinha recebendo já tinham sido trabalhadas pelo seu consultor jurídico e já tinha um parecer que revalidava a posição que a Câmara tomara e que dizia que as exposições e reclamações, entre aspas, feitas, não encontravam base para serem válidas, independentemente de haver um aspecto ou outro que seria de considerar, nomeadamente o prazo para pagamento, em vez de ser todos os meses, ser de dois em dois meses ou de três em três meses.

-----De qualquer das formas era uma questão que preocupava a Câmara que tinha chamado a atenção aos próprios industriais que esta receita a ser obtida constituiria uma das receitas mais importantes que a Câmara poderia vir a ter. Fora inclusivamente explicado que se formara um consenso entre uma série de Câmaras que tinham o problema da exploração de inertes no seu território com o objectivo de harmonizar ao máximo a taxa a aplicar, uma vez que se poderiam pôr problemas de concorrência e de mercado e seria importante que pelo menos, numa primeira fase, se pudesse criar alguma harmonia em vez de desarticulação, ou seja Câmaras a criarem 100, outras 50 e outras nenhuma. -----

-----A Câmara Municipal de Sesimbra fizera essa tentativa, não a nível nacional mas participara activamente com as Câmaras da Região Oeste no sentido de se chegar a valores próximos uns dos outros. -----

-----Este tipo de movimentações das empresas não eram, de forma nenhuma, original do Concelho, aliás a maior parte das cartas de reclamação ou exposição que a Assembleia Municipal recebera, baseavam-se em pareceres elaborados por Associações de empresários, seja a APIMINERAL sejam outras, e eram em tudo muito idênticas, ou seja havia um parecer chapa que depois era utilizado pela maior parte dos industriais nas suas exposições. -----

-----As empresas tinham raciocinado muito na base de um primeiro projecto apresentado pela ANMP e sobre o qual de facto algumas Câmaras, numa fase inicial, entenderam regulamentar no seu Concelho. Sucedia que esse projecto da ANMP tinha algumas arestas que era preciso limar e a Câmara que entrara já numa fase posterior em conjunto com a maior parte das Câmaras da Associação do Oeste já invertera algumas das questões, nomeadamente deixara-se de considerar a quantidade de inertes a ser transaccionadas mas passara-se a considerar a quantidade explorada que do ponto de vista da Câmara tinha mais a ver com o espírito com que a Lei das Finanças Locais definia a possibilidade de aplicação daquela taxa. -----



-----Acontecia que a maior parte das exposições já tinham sido feitas na base do anterior regulamento e aparecia aquele tipo de erro e a análise jurídica era relativamente simples de o desmontar. -----

-----Esta era uma ordem de questões, a outra era a praticabilidade ou não da questão, porque se sabia que se podia ter tudo regulamentado, votar por unanimidade, ter um grande apoio, popular, entre aspas, mas depois as pessoas não pagavam e depois aí era preciso fiscalizar, actuar do ponto de vista coercivo e seria complicado. -----

-----A Câmara estava a fazer o entendimento neste momento, e já discutira internamente, no sentido de considerar que este era um problema de âmbito nacional, para todas as autarquias que recorriam à aplicação da taxa, e ía preparar um conjunto de contactos para que se tentasse chegar a um consenso com todas as autarquias envolvidas e que necessariamente conduziria a uma maior facilidade de abordagem nas empresas, porque como se sabia, haviam empresas que tinham sede no Concelho, laboravam aqui e em mais três, quatro ou dez concelhos. -----

-----Portanto, não obstante haver liberdade para cada autarquia fazer o que entendesse, e a lei permitia isso, com o objectivo de não se polarizar demasiado a questão, a Câmara entendia que não se desvirtuaria o espírito se conseguisse que houvesse uma articulação da maior parte das autarquias no enfrentar do problema e que brevemente pudessem haver consequências e aplicar genericamente por todo o País a taxa e que as Câmaras tivessem a possibilidade de encaixar as receitas em prol do desenvolvimento dos respectivos concelhos e que as empresas, também com algum agrado, entre aspas, não deixassem de a pagar. -----

-----**O Membro João Lopes** disse que queria partilhar o optimismo que o Presidente da Câmara colocara em relação às pescas. Ele no dia anterior tivera uma reunião com pessoas que faziam parte do Comité Económico Social Europeu e que haviam dito que em relação ao acordo de Marrocos não sabiam absolutamente nada. Ainda esta semana tinha havido a oportunidade de deputados portugueses perguntarem à Comissão para os Assuntos de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Pescas a nível europeu sobre as questões de Marrocos e estava tudo na facha zero e não havia desenvolvimento nenhum. -----

-----**O Membro José Pedro Simplicio** disse que não pretendia, com a sua intervenção, de modo algum, valorar a questão, nem tão pouco entrar na apreciação da mecânica jurídica prevista para ela. A sua questão fora no sentido de obter da Câmara Municipal uma descrição do conteúdo

genérico das contestações apresentadas. -----

-----Pedi depois ao Presidente da Câmara que precisasse o sentido da sua afirmação anterior de “os industriais que exercem a actividade de exploração da pedra são os que têm menos razão para contestar”. -----

-----Perguntou depois se a matéria estava agendada na Assembleia Municipal e se já havia data prevista para a sua discussão. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que não estava agendada porque a Assembleia tinha que aguardar que o documento viesse da Câmara para ser apreciado. -----

-----O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que repetia o que já dissera: os industriais que exploravam britas eram aqueles que tinham menos razão de queixa. Tinham planos de recuperação para realizar e muito dificilmente os levavam por diante. Por vezes faziam exploração das britas fora dos planos de lavra que estavam licenciados. Estes eram dois importantes pormenores que o Membro sabia tão bem quanto ele. Se dependesse da Câmara a fiscalização naquela área naturalmente já teria tomado outras atitudes e sempre que tinha conhecimento que aquilo acontecia dava conhecimento às Entidades responsáveis. -----

-----A Câmara aplicara coimas, como já acontecera, e se calhar pela primeira vez um executivo de Sesimbra aplicava coimas. -----

-----Encerrado o ponto 1 da Ordem de Trabalhos o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à discussão do ponto 2: **“RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA RESPEITANTES A 1999”**, tendo colocado aos líderes de Bancada a seguinte questão: a Lei 169/99, de 18 de Setembro, referia apreciar o Relatório de Actividades e os documentos de prestação de Contas, de facto não vinha havendo, nas Assembleias Municipais, uma atitude unânime quanto à matéria, umas faziam a apreciação pura e simples, outras faziam uma votação dos documentos. -----

-----Para as Assembleias de Freguesia a Lei já dizia de uma forma diferente ou seja apreciar e votar. A Junta de Freguesia saía do Órgão Assembleia de Freguesia o que não era a mesma situação em termos de Câmara e Assembleia Municipal. Podia ser aquela a razão que levava o legislador a dar maior força à Assembleia de Freguesia em termos de intervenção na matéria e quanto à Assembleia Municipal apenas referia apreciar o Relatório de Actividades e os documentos de prestação de contas, pelo que colocava aos Líderes de Bancada a dúvida de interpretação que a

Mesa tinha. -----

-----À partida ele não teria grande dúvida de interpretação, mas dizia a realidade que nalgumas Assembleias Municipais, os documentos eram votados pelo que colocava a questão prévia. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que a questão devia ser esclarecida junto das entidades da tutela, embora na prática, fosse um pouco indiferente, não via inconveniente em qualquer uma das alternativas. O fundamental era apreciar o Relatório e a Conta. Em relação ao voto, já em anteriores anos tinham suscitado dúvidas sobre o que é que originava, para além da posição política, rejeitar o Relatório ou as Contas. -----

-----Dislumbavam-se na legislação autárquica algumas teorias sobre a governação da Câmara ser de cor única, a si não lhe parecia o método mais agradável, aceitava-o se fosse a decisão democrática do País e se eventualmente isso viesse a acontecer teria que ter, como contrapartida, um maior poder de fiscalização e de acção da Assembleia Municipal. Portanto ele quando via surgir legislação que por um lado esvaziava, entre aspas, a competência da Assembleia, pondo por exemplo apreciar em vez de aprovar, e quando se falava simultaneamente nos novos poderes que poderiam surgir, ficava um pouco baralhado. Considerava que todas aquelas questões teriam que ser bem analisadas e reformuladas. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que tivera oportunidade de trocar algumas impressões em sede da Assembleia Metropolitana sobre a matéria com uma pessoa com larga experiência autárquica que era o José Manuel Maia que era de opinião que a Assembleia Municipal devia deliberar e votar porque na alínea c) do nº. 2 do Artigo 53º. referente à competência da Assembleia Municipal dizia que era apreciar o Relatório de Actividades e os documentos de prestação de contas, se se fosse ver o disposto no nº. 6 do mesmo artigo via-se: a proposta apresentada pela Câmara referentes às alíneas b), c), que era a tal, e etc, não podia ser alterada pela Assembleia Municipal e carece da devida fundamentação quando rejeitada. Ora a única forma de rejeitar era através da votação e portanto se não dizia expressamente atrás, dizia implicitamente com a conjugação das duas disposições legais. -----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que corroborava a opinião manifestada pelo Membro Carlos Filipe, independentemente do que o Membro Miguel Bastos dissera ser um facto, porque quer se votasse a favor quer se votasse contra, não havia qualquer consequência por parte do Tribunal de Contas. -----

-----Pensava que não haveria problema em colocar à votação os documentos independentemente de se saber que seria sempre uma posição política a tomar e não ter consequências práticas.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** disse que podia entender que estava estabelecido o consenso de que na situação, hoje concretamente, se faria a votação dos documentos, independentemente de um esclarecimento que viesse a ocorrer no futuro. -----

-----A Assembleia Municipal era soberana na matéria e de facto, mesmo no passado, quando a interpretação não tinha dúvidas quanto à forma como a Assembleia devia apreciar e votar aqueles documentos, independentemente do seu aspecto político da rejeição ou aprovação, nunca tivera nenhum efeito prático. -----

-----Aberta a discussão o Presidente da Assembleia Municipal comunicou que os documentos haviam baixado às Comissões “B”, “C” e “D”, que haviam reunido mas não tinham emitido acta.---

-----**O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** disse que tinha havido um período muito curto entre a realização da reunião das Comissões e a presente sessão e portanto como Coordenador diria, na altura própria qual a posição da Comissão “B”.-----

-----Usou da palavra **o Presidente da Câmara Municipal** que disse que era com grande satisfação que afirmava hoje que o ano de 1999 fora, de acordo com os dados constantes do relatório, o ano de maior actividade da Câmara Municipal de Sesimbra. -----

-----Desde o início do mandato que a CMS definira que as linhas estratégicas de actuação passavam pelo desenvolvimento integrado, harmonioso do Concelho. -----

-----O conjunto das acções levadas a cabo, dinâmica que caracterizara todas as áreas de actuação, assim como os investimentos implementados e concretizados ao longo do ano de 1999 eram bem o resultado da prossecução dos critérios sempre defendidos. Modernizar, promover a qualidade e servir cada vez melhor. -----

-----Podia afirmar que o nível de eficácia externa da operacionalidade no que concerne às infraestruturas e equipamentos municipais eram uma realidade que todos os membros da Assembleia podiam verificar pelos relatórios do Departamento Técnico Executivo, Departamento de Administração Urbanística e Projecto Municipal da Quinta do Conde. -----

-----Podia dizer que a recuperação do património cultural edificado bem como a actividade sócio-cultural e económica do Concelho e de acordo com os relatórios do Departamento Sócio-económico denotavam bem que se passara da intenção à acção. -----

-----A conclusão de algumas obras que se vinham a arrastar há algum tempo e o lançamento de outras deixavam patente o tal aumento da intervenção municipal no ano de 1999. Quando falava em obras não podia deixar de destacar a obra de saneamento da bacia de Sesimbra e as obras de saneamento da Quinta do Conde, a conduta elevatória de água Venda Nova - Casalão que permitia a elevação de maior caudal de água, como também a construção de hidropressores na Zona de Azoia e Zambujal que haviam permitido que aquelas zonas que estavam mais altas e estavam à mesma cota do Casalão pudessem ser servidas de água como qualquer outra zona do Concelho. -----

-----Também queria referir a pavimentação da rede viária quer na freguesia do Castelo quer na Quinta do Conde, a intervenção nas escolas, a recuperação e valorização do Castelo e o mercado da Quinta do Conde assim como o cemitério da Quinta do Conde que dentro em breve entraria em funcionamento.-----

-----Aquisição de um número significativo de viaturas que permitira à Câmara dar uma maior resposta aos sucessivos pedidos e por vezes às dificuldades de dar resposta aos serviços.-----

-----A manutenção e o reforço do apoio ao movimento associativo.-----

-----Era inegável a melhoria das condições de trabalho que grande parte dos funcionários haviam passado a ter com a criação de novos espaços e aquisição de mobiliário e equipamento. -----

-----Se não fosse o empenho de todos os funcionários e colaboradores os resultados obtidos não teriam sido significativos. -----

-----No que dizia respeito à Conta de Gerência pediu ao Vice-Presidente que desse uma panorâmica sobre a mesma.-----

-----**O Vice-Presidente** servindo-se da projecção de alguns slides, começou por dizer que haviam alguns indicadores que eram sintomáticos de uma "performance" razoável e passou a destacar alguns. -----

-----Começando pela parte da despesa quis realçar dois aspectos, por um lado um aumento substancial do total da despesa, basicamente de 98 para 99, aumento esse que em números redondos passava de cinco milhões para seis virgula sete milhões de contos. Interessava destacar sobretudo que não só o aumento de um virgula sete milhões de contos era importante mesmo em termos percentuais, e esperava consolidar num futuro próximo, de um investimento, chamando grosseiramente às despesas de capital apenas investimento, de 2,2 milhões para um investimento de 3,6 milhões em 1999, ou seja, de um ano para outro aumentava-se o investimento cerca de um

terço, não obstante a despesa corrente ter também aumentado. -----

-----Em relação às receitas correntes, nos anos de 98 e 99 os níveis orçamentados e realizados estavam muito próximos sendo mesmo de destacar que em 1999 se ultrapassava ligeiramente, ao nível de 90 mil contos, o valor orçamentado global da arrecadação de receita, o que demonstrava que os orçamentos estavam mais realistas, independentemente de se poder dizer que fora uma receita em concreto, que pelo menos em 1998 afectara a obtenção que fora a questão da sisa, mas o que era certo era que os níveis de obtenção estavam mais próximos do que se previra. -----

-----Em relação às receitas de capital, infelizmente não era tanto assim, mas merecia destaque a evolução do nível de receita de capital arrecadada em 98 para 99 no sentido de dizer que de facto tinha havido uma evolução que significava, cerca de 54%, ou seja mais 900 mil contos de receita arrecadada.-----

-----Se a esta boa evolução em termos de receita arrecadada se acrescentasse o facto de se ter criado o saldo corrente, ou seja, se ter desviado um valor significativo de receitas correntes para aplicação em investimento e não era por acaso que aquilo acontecia porque o orçamento ao ser feito já previa um saldo corrente orçamental de cerca de 700 mil contos, que no fim do ano chegara a atingir um milhão de contos e estava previsto que uma parte dos investimentos iriam ser financiados por recurso a receitas correntes. Era sintomático também, independentemente da baixa da taxa de juro e doutros fenómenos, que era um fenómeno novo, não era só da Câmara Municipal de Sesimbra, mas devia-se tentar consolidar e incentivar até mesmo na realização dos orçamentos. -----

-----As receitas próprias, ou seja as que não eram provenientes de fundos comunitários nem do Orçamento do Estado tinham aumentado de 98 para 99 cerca de 23%, o que também era um valor significativo.-----

-----As receitas provenientes das participações de particulares tinham aumentado 67%, ou seja mais de 2/3 do nível de 98. Reconhecia que o ano de 98 tinha sido baixo, mas tinha-se que ter em atenção que fora o início de um ciclo e um primeiro ano de gestão. -----

-----Em termos dos fundos comunitários conseguira-se obter cerca de 3 vezes mais de fundos comunitários que se tinha conseguido arrecadar no ano anterior, e o total das receitas aumentara cerca de 40%. -----

-----O nível de investimento quando dividido pelo n.º de habitantes do Concelho passara da ordem dos 62 contos por habitante para 101 contos por habitante. Seria bom poder manter e

melhorar o nível do investimento. O nível de investimento passara da casa dos 107 contos por Km<sup>2</sup> para 175 contos por Km<sup>2</sup>, isto nos últimos dois anos porque nos anos anteriores os níveis eram muito inferiores. -----

-----Fazendo a comparação entre o investimento realizado e o orçamentado, 99 estava um pouco acima de 97 que fora um ano excepcional no contexto das gestões anteriores, pois fora um ano onde tinha sido possível captar bastantes fundos nomeadamente com a obra da bacia. -----

-----Estava-se num nível consolidado na casa do 60% porque se se calculasse a taxa de realização do investimento total incluído em Plano de Actividades, ou seja um investimento definido com contrapartida no lado da receita, mais volume de empréstimos novos mobilizados no ano, como denominador debaixo do investimento realizado, concluía-se que o número de 99 apontava para um valor da ordem dos 68,5% e o correspondente número em 97 apontava para 54%. Uma coisa era considerar-se as taxas de realização do investimento que eram comumente aceite pelas autarquias e constavam de alguns volumes da Direcção Geral da Administração Local ou de outras entidades. Aquilo era um pouco uma taxa de realização do Plano de Actividades e sabia-se que continha muitas coisas que não eram investimento. Com a introdução do POC aquilo deixaria de acontecer. Ao Plano só iriam acções de investimento. -----

-----Disse depois que independentemente da Câmara ter metido mais pessoal, e independentemente das despesas de pessoal terem aumentado substancialmente, quer mais pessoal quer mais despesas, tinham sido mais produtivos, ou seja 50,9% significava que metade de uma unidade de pessoal realizava uma unidade de investimento ao passo que em 1996 era preciso mais do que uma unidade de pessoal para realizar a mesma unidade de investimento. Em 1996 era o pior exemplo, gastara-se mais com despesas de pessoal do que se investira, o que era uma situação difícil de entender. -----

-----Havia um consolidar a níveis de facto abaixo dos níveis habituais do passado e admitia-se que houvesse uma melhor qualificação e melhor vontade de todos os trabalhadores e toda a envolvente, Câmara, etc. -----

-----A questão do financiamento tinha a ver com a tal utilização de uma parte substancial de receita corrente no financiamento das obras. O financiamento do investimento em 1997 não havia recurso, antes pelo contrário, em 1997 tinha havido um saldo inverso, ou seja tinha havido receita de capital desviada para despesa corrente, situação que não era de todo legal mas o quantitativo era

muito pequeno para ser uma intervenção significativa.-----

-----De 1997 para 1998 e 1999 notava-se que o nível dos empréstimos se haviam mantido, passava-se do nível de 26% para 23% de utilização de empréstimos porque o recurso à receita corrente tinha vindo a ser utilizado. Hoje, dia 28 de Abril a Câmara tinha encerrado o dia com um saldo corrente na casa dos 200 mil contos, ou seja tinha mais 200 mil contos de receita corrente do que aquilo que necessitava de despesa e estava a financiar já o investimento e a pagar obras com esse dinheiro a mais. Era um fenómeno que a Câmara ía tentar manter, não dependeria só dela, como era óbvio, mas era um fenómeno importante.-----

-----Em relação à dívida de curto prazo, vinha referido nos documentos o reconhecimento de que esta dívida aumentava contrariamente àquilo que a Câmara tinha previsto e tinha dito no Plano e Orçamento para 1999, a dívida de curto prazo não só não decrescera aos níveis que a Câmara gostaria mas aumentara cerca de 95 mil contos. Fora maduramente pensado e assumido mas também resultara do facto de não ser nada grave, antes pelo contrário, com o aumento do investimento na casa dos 63%, que a dívida de curto prazo aumentasse cerca de 15%.-----

-----Por outro lado, a Câmara tinha um saldo de verbas entradas na ordem dos 180 mil contos no ano de 1999, verbas essas relativas às participações dos proprietários da Lagoa de Albufeira, que por a Câmara não ter ainda a fase de elaboração de concursos das obras da Lagoa, uma vez que ainda não tinham sido iniciadas quaisquer obras, as verbas que já estavam a ser arrecadadas como participações das populações não deviam ser mexidas e devia-se passar com essas verbas em saldo. Se a Câmara as tivesse aplicado a dívida de curto prazo não teria subido.-----

-----Relativamente às despesas com pessoal elas aumentavam em cerca de 18%, e o total das despesas correntes apenas aumentavam 11%, o que poderia ser considerado grave no momento em que as taxas de inflação andavam na casa dos 2, 3%. Mas o que sucedia na realidade era que se ao aumento de 18% se retivesse cerca de 50 mil contos despendidos a título de pagamento dos retroactivos referentes ao ano de 1998 do novo regime de carreiras implementado pelo Governo, já não se tinha um aumento de 18% mas sim de 15%. Se ainda se retirasse outros 40 ou 50 mil contos porque a partir de Janeiro de 1999, a generalidade dos funcionários passaram a receber mais por força da aplicação do novo regime, ter-se-ia um aumento de 12%. Estes 12% eram justificados pelo aumento em número de pessoal que fora contratado para a Câmara em 1999 para fazer face ao aumento de investimento global da ordem dos 60% e aos aumentos da tabela salarial. -----



-----A Câmara iria receber todos os retroactivos este ano porque o Governo iria pagar tudo o que a Câmara em termos de retroactivos pagara em 1988. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** disse que ouvira o Vereador falar maravilhas mas a sua Bancada não estava de acordo com as maravilhas. Quando a Câmara Municipal dizia que no ano de 1999 conseguira fazer uma coisa extraordinária que fora não só atingir o que estava orçamentado em receitas correntes como ainda por cima ter uma receita corrente superior à que estava orçamentada podia ser verdade no gráfico mas era mentira nos papéis porque um bom orçamento era quando em todas as rubricas existia um nível de realização no caso das receitas em relação ao orçamentado que andava mais ou menos ao nível dos 3%, 5%, e o que era apresentado não correspondia à verdade porque em relação à sisa que estava orçamentada em 780 mil contos acabara por ser 1.500.000, portanto só na sisa havia uma realização de 196%, ou seja o dobro do que estava orçamentado. A derrama fora orçamentado mais ou menos pelo que recebera, 80 mil para 82 mil contos. A contribuição autárquica de 580 mil para 587 mil. Mas depois haviam outras receitas que a Câmara tinha orçamentado, nomeadamente as taxas e multas de 780 mil contos e recebia só 363 mil. Existiam diferenças substanciais, por exemplo outras receitas municipais, orçamentado 261 mil contos, recebido 81 mil contos. A Câmara Municipal atirara um número pelo alto e na altura da aprovação do Plano e Orçamento dissera que haviam números que estavam mal orçamentados porque não jogavam uns com os outros e a realidade viera demonstrar que em termos de receitas correntes eles não jogavam. A Câmara Municipal tivera sorte porque apontava para um valor de sisa de 780 mil contos e recebia o dobro. Esta sorte já vinha do ano passado porque a sisa não era uma receita que correspondesse a um esforço da Câmara Municipal mas sim ao investimento das pessoas e não dependia da Câmara Municipal a realização da receita. Havia muitas transacções e por isso havia muita sisa, mas isso não seria possível em permanência porque se isso fosse em permanência, os órgãos ter-se-íam que preocupar porque qualquer dia o Concelho de Sesimbra seria uma coisa parecida com Almada ou Seixal, onde havia construção por todo o lado. O PDM permitia mas o PDM podia ser alterado. Eram questões que se deviam ter em consideração. -----

-----Relativamente às receitas de capital, se se verificasse o que estava orçamentado que eram 5 milhões de contos, via-se que a receita andara por volta dos 2.250.000 contos, ou seja tinha-se ficado muito aquém da capacidade de recolha de fundos e receitas que a Câmara tinha orçamentado.

Havia uma série de receitas que tinham a ver com programas. Por exemplo o Fundo de Coesão, orçamentado 900.000 contos, recebidos 600.000 contos. O IGAPHE 229.000, recebeu 92.000, e aquilo tinha a ver com a realização efectiva dos investimentos porque as receitas só se realizavam desde que existissem investimentos efectivos. Era ali que se via a capacidade de angariação de receitas por parte da Câmara Municipal em função da obra que fazia. A maravilha das receitas correntes que era uma questão de sorte, aqui, que era o trabalho efectivo, verificava-se que a Câmara fracassara. Era como o aluno que ía fazer o exame e acertava nas 10 perguntas mais fáceis e errava nas 3 perguntas mais difíceis e que mais cotação tinham e chumbava o exame. -----

-----Com os fundos e determinados programas, o dinheiro só aparecia apresentando a obra feita. Sem facturas não havia dinheiro.-----

-----Em relação às despesas com o pessoal, quando o Vereador dizia que aumentara em 18 % mas que era devido ao pagamento dos retroactivos das reclassificações e se chegava aos 12% que correspondiam, grosso modo, 2,5% do aumento da função pública do ano passado, mas significava que se ficava com um aumento de 9,5%, num ano, relativamente às despesas com pessoal, o que era uma forte contratação, um aumento de quase 10% com encargos com pessoal. Se se fosse escarpelizar tudo verificar-se-ia também as horas extraordinárias, e se calhar não se ficava pelos 10%. -----

-----Não concordava com a política que a Câmara estava a seguir, em termos de contratação de pessoal, porque era uma política perigosa porque podia comprometer em termos futuros não só o pessoal como a própria Câmara Municipal. A Bancada do PSD, na Assembleia Municipal sempre defendera que as questões com o pessoal eram questões que deveriam merecer muito cuidado e era uma questão quase de regime. Quando se olhava para os resultados em termos globais da Câmara Municipal, os resultados de receitas, verificava-se que existiam receitas que eram extremamente voláteis, que podiam existir hoje, e numa situação de conjuntura essas mesmas receitas desapareciam. Chamava a atenção para o que estava acontecer hoje com os aumentos das taxas de juro, que não se sabia onde ía parar, podia provocar uma recessão imediata por exemplo da construção civil, uma recessão nas transacções quer de terrenos quer na construção de urbanizações e a sisa cairia para níveis mais baixos. -----

-----A Câmara estava a criar nas pessoas expectativas de emprego e de necessidade de trabalho. Contratara e metera muita gente no quadro, pelo que perguntava quando a Câmara Municipal viesse

para níveis mais baixos em relação às receitas que eram hoje grandes, como é que a Câmara seria gerida com um forte quadro de pessoal que não descia, a não ser que dissesse já que se a coisa desse para o torto que teria que despedir gente. A Câmara Municipal, só este ano e no ano passado viera à Assembleia Municipal pedir vários empréstimos, endividando-se a longo prazo, dívidas essas que podiam subir as taxas de juro, descendo as receitas, ou seja um aglomerado de situações de cautela que eram necessárias ter com o endividamento e com o quadro de pessoal, enfim despesas que eram certas e cuja única certeza que se tinha era que elas podiam crescer e as contrapartidas eram as receitas, de certa forma incertas, e a curto prazo podiam trazer alguns problemas. -----

-----O Vereador podia dizer que iria ter umas receitas extraordinárias e que encontrara um novo baú, que era a tal taxa dos inertes que a Câmara iria implementar mas a Câmara Municipal tinha que pensar que os inertes subiam e desciam também no comércio em função da construção quer de obras públicas quer de obras particulares, e se as obras caíam os inertes também caíam e portanto havia menor exploração e conseqüentemente menores receitas e era também aqui que se devia ter algum cuidado. Não se podia estar a pensar que existiriam receitas onde efectivamente depois não as encontrariam. -----

-----Disse depois que num quadro de dificuldade a Câmara não iria fazer nada, simplesmente iria reter algumas receitas para pagar ao pessoal e para pagar o serviço da dívida que entretanto fizera o erro de contrair numa situação de conjuntura em que estava. -----

-----Comparando poder-se-ia dizer que aquilo correspondia a uma situação de uma família em que em determinado momento tinha um grande rendimento familiar mas que queria mais e pedia um empréstimo e a seguir vivia uma situação mais difícil e ainda tinha o empréstimo para pagar e os encargos todos que contraía. Esta era a preocupação da Bancada do PSD em relação à Câmara Municipal. -----

-----A sua Bancada também tinha uma posição diferente da que a Câmara Municipal tinha em termos da execução genérica do seu orçamento porque a Câmara Municipal hoje vinha apresentar uma execução orçamental com dois pontos acima de uma execução orçamental de há dois anos atrás, que fora das melhores execuções orçamentais de sempre e que o PS apelidara de catastrófica e apresentara críticas fortíssimas e agora com umas décimas acima vinha cantar a dizer que era a sua execução era a melhor coisa do mundo. -----

-----Mudavam-se os tempos, mudavam-se as vontades. -----

-----**O Membro João Lopes** disse que o relatório não contemplava dados dos anos anteriores, portanto não se podia comparar com o ano anterior, apenas aparecia um quadro nos indicadores económicos com rácios compreendendo os anos de 96 a 99. Tirando aquele quadro dos indicadores económicos, não havia mais nada onde se pudesse fazer comparações. Já levantara aquela questão no ano passado. -----

-----No quadro das análises por objectivo de programas tinha o que era previsto e o que era despendido e tudo o que significava ensino, quer fosse pré-escolar, secundário, recorrente, etc, em termos do previsto estava 196.000 contos, e apenas se concretizara 119.000, o que significava dizer que só se concretizara 60%, daí perguntar o que é que se passara com aquela situação. -----

-----Em outras actividades da saúde estavam previstos 20.000 contos, nas áreas de protecção e paisagismo quase a mesma verba, mas em termos de concretização aparecia 5.000 contos na primeira rubrica, mas em relação à informação e comunicação no previsto constavam 25.000 mas concretizava 48.000, ou seja quase o dobro do previsto. Nas outras áreas que referira gastava-se muito menos do que o previsto e nesta última gastava-se o dobro, o que dava a ideia que a Câmara queria informar. -----

-----Disse depois que no quadro de percentagens a saúde nem sequer estava contemplada, mas juntando com a acção social já se conseguia 1,7%. -----

-----No gráfico do ensino pré-escolar, em alunos abrangidos pela rede, transportes escolares, previstos 150 contos e gastava-se 2.762 contos, ou o concelho de um momento para o outro vira-se abrangido de um determinado número de alunos. -----

-----Se no Relatório e Contas constasse uma análise comparativa com anos anteriores, perceber-se-ia, se calhar melhor, porque é que por exemplo no protocolo com a Sociedade Musical Sesimbrense estava prevista uma verba de 1.000 contos e ser despendida 2.700 contos, porque não havia nenhum protocolo do ano passado, provavelmente aquele protocolo já teria muitos anos. -----

-----Na carta escolar estava previsto 500 contos e despendido 0 contos o que significava que não tinha sido feito nada. -----

-----Na acção social , no âmbito da prevenção da toxicoddependência estava previsto 3.600 contos e gastara-se 7 contos. Num concelho como Sesimbra onde o problema existia não se compreendia que não se tivesse feito nada. -----

-----Na habitação, designação de projectos e acções, estava previsto no acompanhamento

urbanístico 1.000 contos e gastara-se 11.103 contos. -----

-----Onde tinha havido uma pontaria quase certa fora na iluminação pública do Concelho onde se previra 67.000 e gastara-se 66.171 contos. -----

-----Na construção do cemitério da Aiana estava previsto 52.000 e fora despendido 0. -----

-----Em outras actividades havia uma verba prevista para a criação da policia municipal 100 contos, mas não se gastara nada mas também não sabia o que é que seria possível criar com 100 contos. -----

-----Na rede viária e sinalização aparecia: outros arruamentos e estradas na Freguesia do Castelo, arruamentos na Freguesia de Santiago, arruamentos na Quinta do Conde, conservação de arruamentos na Quinta do Conde, tendo perguntado porque é que quando a Quinta do Conde era referida não aparecia como Freguesia. -----

-----Na designação de projectos e acções, campanha de prevenção rodoviária, previstos 300 contos e tinham sido gastos 26 contos, pelo menos para as crianças aquilo teria sido importante. ----

-----Disse depois que não gostava de ver a denominação de contratos a termo certo porque significava dizer que o indivíduo estava a trabalhar 3 meses e depois podia já não ter trabalho para os próximos 3 meses. Eram 172 os que constavam do Relatório. Gostaria que a Câmara não tivesse aquele tipo de qualificação. A Câmara estava a alimentar o emprego de 172 pessoas que poderiam ficar com uma perspectiva de um futuro melhor mas entretanto podiam não ter trabalho. -----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que a intervenção que pretendia fazer era de carácter político porque estes documentos eram o resultado da opção política do Partido Socialista. -----

-----A leitura que o Presidente da Câmara transmitira aquando da sua intervenção era o lado positivo que os documentos apresentavam. -----

-----Lera há pouco tempo na comunicação social local um ou dois artigos de pessoas conotados pelo Partido Socialista que diziam que tinham um grande medo da gestão socialista porque a oposição era muito fraca e tinham medo que a gestão socialista se deslumbrasse. Pela parte da sua bancada o PS podia-se deslumbrar. -----

-----O PS já gerira em 98 e 99 em termos de receitas e despesas 15, 16 ou 17 milhões de contos no total, se se fosse comparar com anos anteriores aquilo daria um mandato ou dois mandatos e portanto não se estava a falar em verbas de 1, 2 ou 3 milhões de contos mas sim verbas altíssimas.--

-----Não sabia se os presentes estavam lembrados da rábula do PS quando fora a discussão e

análise do Relatório e Contas de Gerência de 1997, que até pedira 5 minutos de interrupção para decidir como votar, porque 97 tinha sido o melhor da CDU em termos de investimento, e a rábula era que independentemente de se ter concretizado 60 ou 70%, o PS agarrava-se aos 30% que não fora concretizado e isso é que era a mais valia, ou seja o realizado não contava mas sim o que não fora concretizado, independentemente de saber na altura que o grande grau de dificuldade de concretizar os 100% eram acções que estavam dependentes de fundos comunitários, governo, etc. --

-----E agora perguntava se também iriam votar os 25% que não fora concretizado. -----

-----Em 1997 despendia-se em despesas correntes onde empregava pessoal 1.200.000 contos, em 1999 iam a caminhar para 1.700.000, ou seja em dois anos de gestão havia um aumento de mais de meio milhão de contos, e aquilo sem dizer que a Câmara durante o ano já fizera um endividamento de 1.000.000 de contos pois em 1999 fizera-se um empréstimo de 1.000.000 de contos e quando se analisasse o ano de 2000 iria lá ter outro empréstimo de 500.000 contos. Durante dois anos de gestão e sobretudo o de 99 a Câmara ía suportar em termos de amortizações cerca de 200.000 contos em termos de pagamento de dívida. Para quem dizia à população que não queria dívidas, no entanto estava-se a endividar em dois anos provavelmente mais que em 20 anos de gestão CDU. ----

-----Para além daqueles dinheiros gastos estava uma fortuna em termos de horas extraordinárias.

-----O **Membro António Alves** disse que começaria a sua intervenção falando na sisa. Pelas intervenções feitas pelas Bancadas da oposição dava a sensação que esta vereação cometera um pecado em ter tido receitas correntes ao nível dos 3,9 milhões de contos, ou seja superiores em cerca de 86.000 contos orçados e como evolução positiva relativamente aos anos anteriores. -----

-----Se ele tivesse uma empresa e conseguisse arrecadar o dobro das receitas num determinado item produto ou serviço ficaria muito contente e sendo um facto excepcional aproveitaria para investir na sua actividade económica e considerava que fora aquilo que a Câmara Municipal fizera, preparando-se assim para o futuro. -----

-----A Bancada do PSD vinha com um discurso fácil e habitual de Velho do Restelo fazendo o papel dos Lusíadas bastante torcido em que no fundo a mensagem era para não investir, para não gastar e para ter cuidado com as receitas, cuidado com as obras e com os impostos que íam aumentar. -----

-----A Câmara Municipal tinha o bom senso de não ligar às vozes negativistas e pessimistas e apostava fortemente no investimento do Concelho. -----

-----Relativamente à política do pessoal, perguntou qual era a maior riqueza de uma organização, todos sabiam que eram os recursos humanos, quer se tratasse de uma organização privada ou pública, perguntando por isso se era errado a Câmara Municipal ter aumentado o seu quadro de pessoal, sendo essa a sua maior riqueza presente ou futura. Aquela política visava o futuro da autarquia e preparava para os desafios que estavam a bater à porta, como por exemplo o desafio da chamada nova economia onde de certeza a Câmara Municipal não se atrasaria. -----

-----Quanto ao investimento no Concelho não havia muito a dizer bastava abrir os olhos e verificar que esta vereação estava a preparar o concelho para o futuro pois desenvolvia investimentos infraestruturais com elevado esforço financeiro mas ao mesmo tempo não se esquecia de investir no Concelho em termos culturais e sociais com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes. -----

-----Esses investimentos tinham também o objectivo de promover e fornecer um acesso fácil à cultura, pois todos sabiam que esse acesso cada vez era mais difícil. -----

-----Também gostaria de dar um pequeno ênfase ao investimento na Quinta do Conde, freguesia que absorvera cerca de 1 milhão de contos de investimento, o que demonstrava por si só as necessidades existentes naquela freguesia e que estavam a ser rapidamente colmatadas por esta Câmara. -----

-----Perguntou depois quando é que uma empresa ou uma autarquia devia apostar em investimentos, se seria no tempo das vacas magras ou nas vacas gordas para se poder colher os frutos quando a conjuntura não era favorável. Devia-se investir quando havia meios para investir e devia-se recolher os frutos nos momentos em que haviam menos recursos disponíveis. -----

-----Em termos gerais pensava que a política de investimentos da Câmara Municipal fora a mais correcta deste ano de 1999 e dava os seus parabéns pelo trabalho desenvolvido e a todos os seus colaboradores. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse querer proferir algumas palavras de análise política do relatório de actividades e conta de gerência e de alguns aspectos de debate. -----

-----Ele não gostava de usar bandeiras e de dizer que aquele fizera isto e o outro aquilo. Achava que o que a Câmara ía fazendo no Concelho era fruto do empenhamento de todos, das contestações que umas vezes assumiam e outras vezes não assumiam, das críticas que íam fazendo. Por vezes achava que alguns andavam depressa demais e outras vezes devagar e eram colectivamente

responsáveis pelo Concelho, uns com mais responsabilidade do que outros. -----

-----Pela sua parte não o ouviriam falar muito em termos políticos da gestão do território sobre o que se fizera ou se deixara de fazer ou aquilo que a sua Bancada e o seu Partido fizera ou deixara de fazer. Esse tipo de análise enquadrava-se mais numa análise global de campanhas eleitorais, onde se esgrimia o que cada tinha ou não feito, mas neste tipo de trabalho político ele gostava mais de o assumir como um colectivo, e apesar de considerar que a CDU, ao longo de 20 anos de gestão que tivera no território assumira muitas gestões, a seu ver, numa perspectiva errada, como já tivera oportunidade de referenciar ao longo dos anos, era estúpido negar que algumas acções de trabalho colectivo tinham sido feitas, mas não concordava com o tipo de análise do Carlos Afonso onde referenciava, por exemplo que em 1997 a bancada do PS pedira 5 minutos, não sabia como é que aquele membro sabia tantos pormenores da sua Bancada e o que é que a mesma decidira em 5 minutos. Os juízos de acções ou valores ficavam com as pessoas que as faziam e devia-se ter o cuidado necessário para não fazer interpretações que não eram devidas em relação às acções. -----

-----O Membro Carlos Afonso gostava de referenciar que o PS fizera bandeira de que dívida nem pensar, não sabia aonde é que aquele membro tinha feito aquela descoberta, e gostava que ele lhe dissesse onde é que o PS assumira aquela posição. O PS assumira críticas ao tipo de dívida, à capacidade de endividamento, à falta de co-responsabilidades em termos das contas e da necessidade de se saber até que ponto é que havia capacidade de endividamento, mas que ele se lembrasse, nunca da parte do seu Partido tinha sido falado que eram contra a criação de dívida. Aliás, um dos Partidos que assumira em determinada altura do processo a bandeira das dívidas fora o Partido do Membro Carlos Filipe. -----

-----A sua Bancada assumira a partir de determinada altura, colectivamente, que havia a necessidade de negociar as dívidas e de as transformar. -----

-----Já no ano passado tivera a oportunidade de fazer a análise de que quem governava tinha que assumir alguns riscos, e tinha consciência que alguns dos aspectos referenciados pelo Membro Carlos Filipe correspondia a uma determinada realidade. Era óbvio que se tinha que ter um certo cuidado nas acções que se desenvolviam e nos passos que iam dando e todos tinham consciência que a contratação de pessoal a termo certo era um risco colectivamente assumido, gostaria de saber o que é que diriam se a Câmara não admitisse mais nenhum funcionário ou não admitisse os funcionários necessários para o desenvolvimento de um conjunto de acções, e as populações



paralelamente com isso vivessem em situação económica um bocadinho mais difícil do que a presente.-----

-----A historia das admissões assim ou assado era muito bonito mas depois quando as pessoas se viam confrontados com as situações é que tinham que decidir. Perguntava aos 172 pessoas que tinham contrato a termo certo, o que é que preferiam se era ter aqueles contratos ou estar em casa a olhar para as nuvens.-----

-----Quando a Câmara tinha necessidade de fazer determinado tipo de acções, aquelas questões eram importantes.-----

-----Haviam aspectos de análise do Relatório de Actividades e da Conta de Gerência que mereciam alguns comentários. Realmente o número de funcionários da autarquia ao contrário do que o PS defendera nos anos anteriores tinha aumentado. Aquilo era uma realidade que não podia escamotear, mas aquilo tinha a ver também com um risco de gestão que o PS tivera que assumir que tinha a ver com o facto de em determinados sectores, para se desenvolver actividade, ou se contratava pessoal ou não havia possibilidade de se fazer a actividade e portanto o PS assumira esse risco numa atitude, em determinados aspectos, contraditória com as posições que anteriormente assumira. Reconhecia isso e assumia a responsabilidade do acto. Era claro que havia outro tipo de acções que tinham que ser feitas sob pena de as coisas não funcionarem. Quando se investia por exemplo na recuperação e dinamização do Castelo, era óbvio que se tinha que admitir novos funcionários para aquela área de acção. Quando por exemplo se investia no arquivo municipal era óbvio que tinha que ser admitido pessoal para aquele tipo de acção. Quando surgia um Auditório Conde de Ferreira, tudo era uma bola de neve e tinha as suas conseqüências, o PS assumia a responsabilidade e pedia que os julgassem pela produtividade que íam conseguindo em termos objectivos da acção que íam desenvolvendo.-----

-----E deviam ser julgados não só por quem de direito mas fundamentalmente pelas populações que os tinham eleito às quais daqui a ano e meio dariam contas e veriam os resultados.-----

-----Reconhecia o direito fundamental da oposição de alertar quem estava no poder para determinados riscos. Felizmente pensava que a sua Bancada e os seus camaradas que estavam na Câmara tinham a consciência dos riscos, mas sob pena de uma inoperância atroz para o Concelho tinham que assumir os riscos. Sentia que o Concelho em determinados sectores de actividade em determinadas perspectivas de acção estava diferente. Assumira por completo que a situação em que

se vivia dentro da Câmara Municipal de Sesimbra não podia continuar a perpetuar. A falta de condições de trabalho em muitos sectores profissionais, a falta de equipamentos e a necessidade urgente e premente de a autarquia passar a ter umas instalações globalizantes para uma gestão correcta, eram factores onde a sua Bancada estava empenhada na sua realização. -----

-----A CDU sempre fora tímida na política da gestão do património. Alguns passos muito tímidos tinham sido dados nas gestões anteriores que haviam permitido à gestão do PS continuar na passada mas aí o PS apostara seriamente e estava a conseguir um trabalho extremamente positivo no sector do património, era o Castelo de Sesimbra, era a Casa do Bispo, era a Capela do Espírito Santo, ía ser o Cabo Espichel, eram acções de um colectivo do qual ele não excluía ninguém dentro da sala, mas tinha que reconhecer que partia do empenhamento da sua Bancada e dos seus homens e esperava que o PS desse um contributo suficientemente válido para que no final do mandato de 4 anos se pudesse dizer que tinha sido uma cartada positiva e tinham-se saído bem. -----

-----Haviam outros sectores de que não se podiam esquecer, o problema do abastecimento de água ao concelho, as ETAR's que íam avançando com algumas dificuldades e inconvenientes. Haviam recebido a ETAR da Quinta do Conde feita mas inoperante, conseguira que fosse posta a funcionar. Conseguira que o mercado da Quinta do Conde passasse a ser uma realidade. O cemitério da Quinta do Conde também passara a ser uma realidade. Esperava que finalmente, antes da gestão do PS terminar que a estrutura do cemitério da Aiana fosse uma realidade. -----

-----No cômputo geral a leitura que fazia da sua Bancada era de que se estava a avançar. A situação proporcionava alguns riscos mas tinha que se assumir e portanto da parte da Bancada do PS via com bons olhos a gestão que estava a ser feita, já para não falar no apoio ao movimento associativo que vinha sendo da maior riqueza que felizmente a maior parte das colectividades tinha podido contar com o apoio efectivo da Câmara, independentemente das suas opções e dos seus gostos. -----

-----Era obvio que ele teria também algumas críticas para fazer, estava-se sempre insatisfeito. Ele não escondia que enquanto os seus camaradas não conseguissem umas instalações dignas e globalizantes ele diria que estavam a funcionar de uma forma incorrecta. -----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que tivera a oportunidade de ler a acta onde o relatório de actividades e conta de gerência de 97 havia sido debatido e por isso sabia tantos pormenores. -----

-----Relativamente à dívida da Câmara iria procurar uma entrevista do Presidente da Câmara em

vésperas de eleições ao Jornal Raio de Luz onde falava na máquina pesada da autarquia e dizia: “para nós é alarmante, é preocupante, não está no nosso horizonte ....”-----

-----Afinal a máquina da autarquia era super ligeira e não pesada.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal**, respondendo ao Membro Carlos Filipe perguntou porque é que só a partir de 98 e 99 as pessoas haviam começado a investir no Concelho. Não dissessem que a taxa de juro baixara porque ela entretanto aumentara e a sisa continuava nos números médios do passado. Os números dos processos que iam entrando na Câmara quer para efeitos de construção de moradia própria quer para investimentos na área do turismo cada vez eram mais, e aquilo levava a que todos fossem obrigados a acreditar que hoje valia a pena investir no Concelho de Sesimbra porque se estava a avançar com as obras de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento do Concelho, estava a avançar com a recuperação do património, e a avançar com as demais obras necessárias para que Sesimbra pudesse ter, em termos económicos, uma saúde que infelizmente não acontecia na freguesia de Santiago motivado pelo problema das pescas. Se se fosse à freguesia do Castelo e da Quinta do Conde verificar-se-ia que o que dissera correspondia à verdade. -----

-----Quanto ao desemprego, existia na mão de obra feminina porque não haviam indústrias não poluentes que conseguissem dar emprego às mulheres. -----

-----A construção civil envolvia muita mão de obra. -----

-----Existia investimento no Concelho porque existia uma certeza e confiança no executivo do PS. -----

-----Quanto às despesas com a admissão de pessoal também estava preocupado mas se a Câmara continuava a admitir trabalhadores era porque outros serviços tinham sido criados, o Castelo, o Gabinete de Apoio ao Empresário. A Câmara tinha adquirido mais viaturas e eram necessários mais funcionários para as conduzirem. Os parquímetros também envolvia trabalhadores. A Câmara tinha uma equipa de sapadores florestais. O mercado da Quinta do Conde e outras infraestruturas e serviços, com alargamento de horário de funcionamento e reduzira-se o horário do pessoal em função da legislação. -----

-----Estava preocupado mas tinha que dar resposta às necessidades das populações. -----

-----1997 fora o último ano de gestão da CDU. Fora a gestão do PS que elaborara o Relatório e a Conta de 97 e aprovara-o e não fizera quaisquer comentários. -----

-----Quanto à intervenção do Membro João Lopes era por demais sabido que nunca no passado o investimento fora tão significativo quanto nos últimos dois anos. Em termos de apoio à toxicodependência bastava ver o Relatório, e não fora só no transporte de toxicodependentes a clínicas para efeitos de curas, e em termos de internamento, dera trabalho aos toxicodependentes. Também vinha tendo uma política bastante importante de prevenção naquela área. Tinha havido um encontro do PIATRE onde o trabalho da Câmara de Sesimbra fora reconhecido e enviados relatórios aos outros Municípios como exemplo do trabalho que podia ser feito. -----

-----Este era um trabalho colectivo, não era só da Câmara mas também da Saúde, da Segurança Social e de todos que anonimamente trabalhavam com a Câmara com vista ao apoio aos toxicodependentes. -----

-----Disse depois que os custos em relação ao cemitério da Aiana haviam sido zero porque era uma situação herdada do passado, que infelizmente não conseguira resolver através do diálogo e chegar a um acordo com os projectistas de modo a que se pudesse levar a concurso a obra do cemitério da Aiana para se poder dar início à obra ainda este ano. A Câmara tivera que mandar elaborar outro projecto, cuja parte de arquitectura já estava concluída, as especialidades estavam na fase final, o projecto dos arruamentos de acesso ao cemitério também estava concluído e os técnicos diziam que na última semana de Maio, mas ele dava o bónus de mais uns dias e na primeira semana de Junho o cemitério da Aiana seria posto a concurso em reunião de câmara. -----

-----Sobre os contratos a termo certo, todos eram contra mas era sabido que eram ofertas de postos de trabalho para fazer face às necessidades na época balnear. Eram precisas pessoas para caiar, para permitir que os sanitários públicos ficassem abertos até mais tarde, pessoas para capinar e para as mais diversas actividades. -----

-----Respondendo depois ao Carlos Afonso disse que o passado já passara, o que interessava agora era o presente e o futuro e era nesta perspectiva que o executivo ía continuar a trabalhar, mas quando lhe diziam que o betão estava a aparecer no Concelho, ele era fruto de um PDM que fora ratificado em Fevereiro quando este executivo entrara na Câmara. -----

-----Quanto à notícia do jornal naturalmente não fora ele nem nenhum dos seus camaradas de Câmara nem da Assembleia Municipal que haviam dito que a oposição era fraca. A ele o que interessava era participar cada vez mais e trabalhar em prol do Concelho. -----

-----Quanto às horas extraordinárias nunca a Comissão Sindical e os trabalhadores da Câmara

tinham posto em causa aquele assunto. Era um assunto que preocupava o executivo mas em termos percentuais o que constataria em 1999 não era tão alarmante quanto ao passado recente. -----

-----A máquina camarária estava mais pesada mas também o investimento era maior, havia que dar resposta às solicitações que eram feitas. Estava certo que aquilo que definira em termos estratégicos para o concelho tinha vindo a assumir de uma forma que estava convencido que daqui por um ano quando se discutisse o relatório de 2000 e com as novas obras que se íam iniciar a atitude da Assembleia seria a de se renderem ao trabalho que o PS desenvolvera no Concelho ao longo do mandato. -----

-----**O Vice-Presidente** esclareceu que não se devia perspectivar o futuro de um Concelho num órgão político de decisão como catastrofista como o PSD dera a entender, porque a capacidade técnica atestada pela avaliação do património municipal e legal de endividamento desta Câmara dava para assumir as dívidas que tinham e muitas mais, não era isso que se estava a fazer mas não se devia ir em catastrofismos. O ciclo de recessão que eventualmente o Membro Carlos Filipe pensava que se aproximava, e com o qual ele poderia não estar de acordo e a maior parte dos presentes, a capacidade legal e técnica de endividamento chegava para dar conta daquele tipo de recessão que o Membro queria adivinhar. -----

-----Em relação à versão do PCP era complicado não haver contratos a termo e meter o pessoal todo no quadro, e menos horas extraordinárias, porque com investimentos na ordem de mais de 60%, com redução de horário de trabalho, com o número de ausências por acidente aumentando conforme relatório do sector da saúde ocupacional, perguntava como é que se podia fazer sem recorrer às horas extraordinárias. -----

-----Quanto à questão dos empréstimos, o Membro Carlos Afonso referira 200 mil contos de serviço de dívida para o ano mas não era, eram 160 mil, o que era diferente, e este ano tinham sido 100 mil, a diferença não era assim tão substantiva e de facto havia muito mais capacidade de investir porque se tinha o tal milhão e quinhentos mil. -----

-----A versão do PS estava no meio termo, não havia catástrofe mas havia realismo e uma análise concisa e concreta. Queria reestruturar a Câmara e definir o novo Quadro e colocar o pessoal no Quadro mas não podia pôr todo, e já, tinha que ser ponderadamente depois de um estudo sério sobre qual devia ser o dimensionamento do Quadro e da orgânica dos serviços, que estava a ser feito e estava numa fase bastante adiantada. -----

-----Em relação à máquina pesada, ela não estava pesada antes pelo contrário, estava mais ligeira e mais bem oleada, e dava o exemplo: limite legal com as despesas de pessoal em 97 - 67,2%, em 99 - 59,2%. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que não queria que as suas palavras fossem interpretadas como uma posição catastrófica do PSD, eram preocupações que assaltavam a sua Bancada relativamente à gestão que estava a ser seguida pelo PS. Eram preocupações que assaltavam o próprio PS há algum tempo atrás. -----

-----A sua Bancada pensava que as necessidades crescentes da Câmara Municipal não deviam ser necessidades em termos de recursos humanos não deviam ser assumidas pela Câmara Municipal. Aliás a Câmara tinha uma verba que podia ter utilizado que era o recurso à aquisição de serviços e fora sempre aquela linha que o PSD defendera até diferente da do PS que há uns anos atrás viera com uma ideia peregrina da constituição dos serviços municipalizados. -----

-----Ainda bem que se tinham esquecido daquela ideia, aliás tinham feito finca-pé, e inclusivamente tinham entregue os pelouros porque a Câmara não instituía os Serviços Municipalizados. -----

-----A sua Bancada pensava que a Câmara Municipal, podendo ser um dos motores de desenvolvimento do Concelho, pelas necessidades que a própria Câmara tinha em termos de obras e investimentos, realizações e acções, devia projectar essas necessidades sobre o mercado e a criação de emprego. Aquelas 174 pessoas que a Câmara referira podiam gerar os seus próprios empregos ou os empregos podiam ser gerados dentro do Concelho dentro de outra perspectiva que seria de empresas ou micro-empresas privadas que pudessem fazer alguma prestação desse serviço. Ou mesmo através do recurso dos serviços especializados de técnicos que existiam no concelho, de gente licenciada que tinham os seus gabinetes e as suas pequenas empresas, e onde a Câmara poderia ser o motor e o gerador desse mercado de trabalho. Mas não, a Câmara optara por uma solução que, em termos correntes, parecia ser mais fácil mas que a longo prazo seria mais complicado e era por isso que a sua Bancada criticava essa opção e chamava a atenção para o risco. -----

-----Quando o Presidente da Câmara dizia que não fora por acaso que a partir de 1998 as pessoas acorreram a Sesimbra e investir, não fora provavelmente, mas também não fora por ser Presidente da Câmara, se se desse ao trabalho de estudar isso, poderia verificar que alguma coisa fizera com que as pessoas em determinado momento comessem a investir, mas não era só aqui, mas em todo

o lado, porque existiam condições económicas a nível nacional e internacional, e algumas delas não estavam muito bem esclarecidas. Sabia-se que muito do investimento tinha a ver com necessidades momentâneas. -----

-----Relativamente à afirmação do Presidente da Câmara de que o desemprego não existia no Concelho, ele tinha uma grande preocupação porque a inexistência de desemprego numa situação conjuntural, se não fosse projectada a longo prazo, acabava por não ser nada, porque se se caía na discussão de quem tinha um part-time já estava empregado e abatia à lista do desemprego não era nada. Sesimbra durante muito tempo não tivera desemprego porque tinha o recurso a meios de emprego, ainda que fosse num sistema de economia de subsistência, mas onde as pessoas tinham emprego. Era o indivíduo que tinha uma aiola e ía para o mar, era o indivíduo que tinha um bocado de terreno e cavava umas batatas e portanto supria a sua situação de desemprego oficial com uma situação de emprego em economia de subsistência. -----

-----No Concelho isso cada vez estava pior porque as hortas cada vez eram menos porque cada vez eram mais ocupadas com urbanizações porque os filhos dos agricultores haviam deixado de ser agricultores e não regressavam à terra e portanto não existia a agricultura de subsistência. -----

-----O que tinha a aiola hoje já não a tinha porque hoje em dia com as regulamentações e as exigências que existiam em termos do recurso à actividade do mar, as coisas estavam cada vez mais difíceis. A economia de subsistência era cada vez mais difícil e já existiam situações de pessoas carenciadas em Sesimbra, e muita pobreza e miséria envergonhada.-----

-----Devia-se tentar colmatar as coisas mas não era agarrar as pessoas e metê-las dentro da Câmara, porque essa não era a solução.-----

-----As Câmaras Municipais íam, no futuro, ter uma situação negra, por muita capacidade de endividamento que tivessem. Construía-se urbanizações e loteamentos e novos arruamentos, que depois de concluídos eram entregues às Câmaras Municipais. Hoje estavam construídos mas amanhã tinham que ser mantidos e essa manutenção de vias, esgotos, condutas de água, e de uma série de infraestruturas íam caber exclusivamente às Câmaras Municipais e nesse dia de amanhã os valores necessários para a manutenção e recuperação dessas vias iriam ser extremamente elevados e portanto devia-se preparar o futuro. -----

-----Na Câmara de Sesimbra ainda não era preocupante, mas noutras autarquias em que o crescimento em termos imobiliários fora excepcional hoje tinham muitos problemas.-----

-----Também a Quinta do Conde e a Lagoa de Albufeira onde as infra-estruturas não haviam sido feitas, estavam a dar problemas.-----

-----**O Membro João Lopes** disse que se limitara a colocar questões à Câmara baseadas nos documentos que a Câmara fizera chegar à Assembleia Municipal. Ele tinha dúvidas se o Presidente da Câmara, sempre que lhe eram dirigidas perguntas, se tinha que responder referindo-se aos anos anteriores. Na sua opinião o Presidente ou os restantes membros do executivo deviam responder às questões colocadas e não devia dizer que no passado as coisas tinham sido assim ou assado. -----

-----Usar argumentos de erros de anos anteriores para defesa disto ou daquilo era errado. -----

-----As suas dúvidas tinham sido legítimas até porque os documentos não eram explícitos, por exemplo na Conta de Gerência tinha reparação de viatura 585\$00, entretanto noutra folha dizia reparação de mini pá - 1.516.000\$00. -----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que todos sabiam fazer a percentagem em termos de despesas com pessoal. -----

-----Disse depois que o PDM era um instrumento de gestão do Concelho mas não era estanque. Se o PDM estava mal que se mudasse. E convinha lembrar que nos últimos dois anos e meio de gestão da CDU, o vereador do pelouro do PDM fora o Eng<sup>o</sup>. Hasse Ferreira, que fizera a proposta final aprovada na Câmara e pela Assembleia Municipal. Podiam argumentar que o PDM demorara dez anos e que o Vereador Joel Hasse Ferreira é que pagava as favas, mas perguntava se ele também não tinha responsabilidades e portanto se o PS não tinha responsabilidades.-----

-----Nunca exigira ao PS que fizesse em dois anos o que a gestão CDU não fizera em 20 anos, mas exigia-se aquilo que o PS prometera, o que era diferente. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que ao contrário do que o Membro Carlos Filipe dissera nunca defendera a criação dos serviços municipalizados, o que o PS defendera fora que a Câmara investisse no sentido de ver se seria mais rentável a gestão desse processo através dos serviços municipalizados, que era completamente contrário ao que o Membro Carlos Filipe pretendia afirmar sobre a posição do PS. Cada vez que o PS falava nos serviços municipalizados, o Membro Carlos Filipe falava nos "jobs for the boys", quando no fundamental o que o PS se preocupava era em procurar uma maior rentabilidade dos serviços e eventualmente se seria através dos serviços municipalizados que isso se conseguiria, e o que acontecera fora que quando o PS fora tentar analisar as questões para ver como seria melhor rentabilizada a gestão dos processos encontrara a



situação dos vários sectores no ponto de descabro máximo que se podia ler no relatório de águas que há um ano fora apresentado nesta Assembleia e que nunca mais ninguém falara. Quando a Câmara socialista tomara posse nem se conseguia saber que água é que saía da Apostiça, quanto se gastava e quanto se recebia, não se sabia nada. -----

-----Respondendo depois ao Membro João Lopes disse que o Presidente da Câmara não pretendia chatear ninguém com a questão do passado, mas apenas responder a uma pergunta, cuja resposta por mais que se quisesse fugir ao passado, ela era só uma, a CDU deixara o problema do cemitério da Aiana num imbróglho político e de tribunal tal, que por mais voltas que se tentasse dar ao processo no ano de 1999 não fora possível investir um chavo. O PS estava a tentar rapidamente solucionar a questão para que até ao final do mandato fizesse aquilo que continuava a assumir. -----

-----O que o PS prometera ía cumprir.-----

-----**O Membro Carlos Filipe** perguntou ao Membro Miguel Bastos, visto já se terem passado dois anos de mandato, qual era a situação do estudo sobre os serviços municipalizados e se já tinham chegado a alguma conclusão.-----

-----**O Membro Miguel Bastos** respondeu que no sector das águas que era um sector que preocupava em termos de gestão, e que era o único sector em que o PS apontava como eventualmente ser gerido como serviço municipalizado estava a ser desenvolvido um trabalho de fundo no sentido de se saber como é que devia ser gerido. -----

-----Para se saber se um tipo de serviço devia ser gerido assim ou assado tinha que se ter vectores indicativos. Se não se sabia que água é que saía da Apostiça, que água é que se consumia, que água é que se perdia, qual era o custo de litro de água no Concelho, não se sabia como é que deveria ser gerida. Os seus camaradas na Câmara estavam a investir no sentido de criar as infraestruturas mínimas necessárias para a Câmara passar a dispor dos meios que permitam gerir o processo. -----

----- **O Presidente da Câmara** disse que o executivo no final de 2001 iria passar com distinção.

----- Respondendo, depois, ao Membro Carlos Filipe sobre a questão do desemprego disse que apareceram no Concelho novos investimentos privados que eram geradores de emprego o que vinha de certa forma colmatar alguns problemas que infelizmente existiam.-----

-----Quanto ao Membro João Lopes, disse que em plenário era um bocado difícil responder às questões que aquele membro colocava. Tinha havido reuniões das Comissões com o Vereador

responsável e o técnico e deviam ser nessas reuniões que aquelas questões deviam ser colocadas e serem esclarecidas sobre a razão porque é que estava orçado x e despendido y em determinada rubrica. -----

-----Respondendo depois ao Membro Carlos Afonso disse que o PDM definia as grandes manchas, eram necessários Planos de Pormenor em que a Câmara já estava a avançar com alguns. --

-----O que o PS prometera iria cumprir, e o que não conseguisse realizar, em sede própria, começaria por dizer a razão porque não cumprira. -----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação o Relatório de Actividades respeitante a 1999, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar com 13 votos a favor, do PS, e 10 votos contra, da CDU e do PSD.**-----

-----**Submeteu depois à votação a Conta de Gerência respeitante a 1999 tendo a Assembleia Municipal deliberado aprovar, também por maioria, com 17 votos a favor, do PS e do PSD, e 6 abstenções, da CDU.**-----

-----O Membro Miguel Bastos apresentou em nome da Bancada do PS a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“*A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência respeitantes a 1999 da Câmara Municipal de Sesimbra por considerar que estes documentos se integram no desenvolvimento de uma política de gestão que o PS tinha assumido como compromisso com a população que nos elegeru.*”-----

-----O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira apresentou, em nome da Bancada do PSD, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----“*O Partido Social Democrata votou contra o Relatório de Actividades por entender que ele é um Relatório de Actividades que alguns elementos fundamentais põem em perigo o futuro do Concelho e portanto não podemos votar favoravelmente.*-----

-----*Na Conta de Gerência votámos favoravelmente uma vez que se trata de um documento de mera execução elaborado pelos serviços e por ter confiança nos serviços entendemos que não há fundamento para votar contra este documento que é a mera constatação da realização de receitas ou da arrecadação de receitas e a realização de despesas.*”-----

-----Encerrada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao

**Período de “Intervenção Aberta ao Público”** mas nenhum munícipe diligenciou intervir. -----

----- Seguidamente, por consenso, foi solicitada a dispensa da leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----Nesta conformidade, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrados os trabalhos, era uma horas e quinze minutos do dia 29 de Abril.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----